

## EXCLUSÃO DIGITAL E EDUCAÇÃO: TECNOLOGIAS HUMANAS COMO CAPITAL DIGITAL

Autora: Adriane Matos de Araujo

Orientadora: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [adrianematosaraujo@gmail.com](mailto:adrianematosaraujo@gmail.com))

**Resumo:** Este trabalho é parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada: "Exclusão Digital em Educação no Brasil: um estudo bibliográfico", pretende-se delinear alguns dos pontos descritos pelos autores estudados, destacando as discussões sobre as tecnologias humanas como capital digital na Educação. A metodologia deste estudo é a pesquisa bibliográfica e destaca-se que os dados estudados foram obtidos através dos instrumentos de análise de conteúdo: mapa conceitual, do software EndNote e do software ATLAS.ti. As discussões apresentadas no texto onde englobam as principais temáticas, sendo elas: processo de ensino-aprendizagem, desafios da educação, tecnologia como cultura, formação docente, infraestrutura, projetos educacionais e políticas de inclusão, levam a pensar que, desenvolver projetos governamentais, políticos e sociais, que incluem as escolas, significa garantir a continuidade, a abrangência e a inclusão de um número maior de pessoas. Não com um caráter assistencialista ou remediativo, mas um caráter de Educação continuada e conseqüente, que faça parte, tanto de uma política de governo, como um projeto político pedagógico da escola. Entende-se a Educação como um dos instrumentos de combate a exclusão digital ao se discutir a alfabetização e o letramento digital como forma de apropriação das tecnologias digitais no contexto cultural, social e educacional. A Educação tem potencial para contribuir na construção de novos sentidos e significados para se desdobrarem em conhecimentos e saberes.

**Palavras-chave:** exclusão digital, tecnologia digital, educação

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada: "Exclusão Digital em Educação no Brasil: um estudo bibliográfico" (ARAÚJO, 2016), entre outros resultados, compreendeu-se que apontar a Educação como responsável e a Escola como locus de solução para a questão da exclusão digital, não dá conta da extensão do tema. No bojo da questão – como se dá a exclusão digital no Brasil a partir dos estudos da área da Educação? Existe uma complexidade que provavelmente, a dissertação apresentada, por mais que tenha se esforçado, não esgotou o tema. Neste contexto, o que se pretende neste trabalho é delinear alguns dos pontos descritos pelos autores estudados, destacando as discussões sobre as tecnologias humanas como capital digital na Educação..

As análises que se seguem se sustentam nos seguintes temas e autores: processo de ensino-aprendizagem por Carr (2011) e Castells (2003); desafio da educação em Bergman

(2010) e Barros, Costa e Santos (2010); tecnologias na educação por Schmidt (2013) e Silva (2008); conhecimento por Alonso (2010) e Belluzzo (2005); tecnologia cultural por Mattos (2014) e Simon (1995); formação docente em Grossi, Santos e Pereira (2013), Araujo (2011), Sorj (2005) e Mattos (2003); projetos educacionais de governo em Grossi, Santos e Pereira (2013), Bergman (2010), Pontes Junior e Tálamo (2009) e Sartório (2008); laboratório de informática por Schmidt (2013), Dias (2010) e Warschauer (2006); inclusão digital fora da escola por Campos (2011), Silva (2008) e Pacheco (2007); e, políticas de inclusão digital por Carvalho, Rodrigues e Rios (2011).

Os autores acima são unânimes em pelo menos dois argumentos sobre a Educação como parte dos estudos sobre a exclusão digital. O primeiro afirma ser a Educação, em qualquer sociedade e não só no Brasil, responsável pela condução da transformação da sociedade de informação na sociedade do conhecimento. O segundo argumento, insiste em que o locus dessa transformação é a Escola.

Seria lógico, neste sentido, iniciar esse texto a partir dessas duas premissas, entretanto, na base dessas argumentações verifica-se outra ideia constante nos textos de que no Brasil a ausência e/ou pouca vitalidade de infraestrutura: da economia, de governo, da sociedade, e da educação, são, as mais recorrentes quando se examina o problema para a existência de desigualdades profundas que existem, tanto sociais quanto de acesso e uso de tecnologias digitais no Brasil.

Uma das propostas do governo para enfrentar o desafio da transição entre a sociedade da informação para a Sociedade do Conhecimento foi expressa pelo chamado Livro Verde (BRASIL, 2000), o documento denota que a educação e o aprendizado são fundamentais para a construção de uma Sociedade da Informação. Segundo Neves, Santos e Cunha (2009), o Livro Verde, explica que, mais importante do que a modernização da infraestrutura é a transformação da informação em conhecimento, e que uma das maneiras de processamento desta tarefa é o investimento educacional em processo de ensino-aprendizagem que estimulem nos estudantes desenvolvimento cognitivo. Contrário a esse entendimento Pontes Junior e Tálamo (2009) entendem que o Livro Verde, quando foca na questão da infraestrutura, se refere a conectividade dos dispositivos tecnológicos digitais, mais do que na infraestrutura educacional para melhoria e investimento em ensino-aprendizagem a ser proporcionado aos alunos e professores.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo é a pesquisa bibliográfica e destaca-se que os dados estudados foram obtidos através dos instrumentos de análise de conteúdo: mapa conceitual, do software EndNote e do software ATLAS.ti. Foram analisados 102 (cento e dois) textos acadêmicos selecionados de modo a revelar conceitos, teorias, autores e questões atuais sobre o tema. Por intermédio dessas opções metodológicas surgiram as categorias e subcategorias que foram confirmadas e reconstruídas de forma a assegurar as discussões sobre a exclusão digital. O estudo envolveu 3 etapas: 1) Identificação de fontes bibliográficas, delimitação da amostra, coleta, seleção e organização dos textos com o uso do software EndNote.X7. 2) Análise dos textos por meio de mapas conceituais e posteriormente do software Atlas.ti de análise de conteúdo. 3) Design final do estudo a partir da categorização dos resultados e redução dos mesmos pelo método indutivo por aproximação de significado do conteúdo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os textos estudados enfatizam as teorias de Castells (2003) no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, quando ele afirma que, estar conectado não significa estar incluído na Educação. Onde explica que existe “um outro tipo de educação” que está disponível online para a maioria das pessoas, mas que para ter acesso à “Educação”, um estudante necessita possuir habilidades de: busca, processamento, e transformação desta informação online que lhe permita usufruir dos seus resultados. O autor explica esse processo como o “aprendizado-do-aprender”, que pode ser compreendido como novas formas de descobrir qual a melhor maneira para se fazer algo. Isto é, qual é a melhor estratégia para entender sobre algo, e reflexivamente, pensar, sobre qual foi a melhor maneira de se aprender aquilo. O autor alega que o sistema educacional não age de forma expressiva quanto ao ensino e a aprendizagem, preparando alunos e professores para adquirirem melhor proveito da Sociedade de Informação.

Na linha da discussão sobre as diferentes formas de aprendizagem necessárias para se processar mudanças frente às tecnologias digitais, se encontram as publicações de Nicholas

Carr, autor norte americano, premiado por suas várias obras sobre tecnologia. Escreveu, em 2010, o livro traduzido no Brasil em 2011, com o título “Geração Superficial: o que a Internet está fazendo com os nossos cérebros”.

Em resumo, Carr descreve como o comportamento humano, com uso da internet, têm se modificado, assim como as suas formas de pensar. Conta o autor que como um imigrante digital, ele tem dificuldades no ato de ler um texto digital, verificando mudanças em sua capacidade de concentração, principalmente quando ele precisa ler uma grande quantidade de textos. Ele exemplifica: “antigamente eu era um mergulhador em um mar de palavras. Agora deslizo sobre a superfície com um sujeito com um jet ski” (CARR, 2010, p.19). O exemplo do autor, revela que a sua forma de ler mudou de um formato sequencial e mais aprofundado, para um formato não-linear, mais rápido e superficial. Acrescenta ele que nessa outra maneira de ler: “mesmo a postagem em um blog com mais de três ou quatro parágrafos é longa demais para eu absorver. Eu corro os olhos sobre ela” (CARR, 2010, p.20).

Nas entrelinhas de seus textos, uma série de termos usados no dia a dia, são elencados por Carr como exemplo do novo vocabulário que compreende o ato de ler, como: surfar na net, correr os olhos nas páginas, “linkar” no site, inserir uma palavra, dentre outros. Os apontamentos do autor, dão ênfase ainda, aos conhecimentos escolares e científicos já dominados por jovens estudantes nativos digitais que podem ser ensinados, por eles, aos imigrantes digitais.

Diante dessa constatação, o grande desafio para a Educação na atualidade, não é apenas o de prover em Educação, infraestrutura de acesso às tecnologias digitais e a Internet. Nem ainda o de investir em soluções de COMO transformar informações em conhecimento, mas sim em dar um novo contorno a própria Educação. Para Bergman (2010, p. 2) para entender esse desafio é preciso pensar que:

[...] não é suficiente investir apenas na infraestrutura física, com a criação de laboratórios de informática nas escolas e a compra de equipamentos sofisticados, se não se investir na formação dos professores, formação do educador para operá-los e saber utilizá-los com finalidades educativas.

Para Bergman (2010, p. 9), para tornar viável uma educação com o uso de tecnologia digitais a escola carece de atualização e inovação dos processos formais de ensino e aprendizagem. O autor afirma que:

[...] a inserção das tecnologias da informação e comunicação na escola, não é suficiente para modernizar e atualizar os processos formais, os currículos fechados, fragmentados, lineares, a rigidez nos tempos e espaços da sala de aula, o abismo entre o saber e o fazer, o autoritarismo, os processos tradicionais de ensino.

Nesta direção, Barros, Costa e Santos (2010) afirmam que o tipo de Educação experimentado hoje no Brasil está ligado à transmissão do conhecimento. Afirma ainda, que esse modelo de Educação, não cabe mais no tempo atual, pois informações de conteúdo, estão amplamente disponíveis na rede digital. Entretanto, elas não trazem o potencial para serem transformadas em conhecimento úteis e sensíveis ao exercício da cidadania. Assim os autores argumentam que, por exemplo, nos meios de comunicação digitais, os usuários podem se tornar objeto ou sujeito do conhecimento.

Ser sujeito implica ter criticidade e não aceitar passivamente qualquer informação ou comunicação; é, sobretudo, possuir uma postura investigativa, ou seja, deve-se “beber em várias fontes”. Ser objeto é não ter senso crítico, é ter sido submetido a um processo de deseducação, o que provoca a existência de homens e mulheres autômatos (BARROS; COSTA; SANTOS, 2010, p.2).

A Educação como infraestrutura e a sua ausência na atual realidade da Escola é tratada nos textos de Silva (2008) como crucial para a diminuição da exclusão digital. Para ele, tratar a Educação apenas como um canal de propagação de conscientização sobre o uso das tecnologias digitais é reduzi-la a um instrumento de acesso e não ao seu papel na construção do conhecimento.

Neste contexto, se pode afirmar que são as práticas pedagógicas que demarcam o território educacional na escola onde se transforma informação em conhecimento. Segundo Schmidt (2013), é impraticável pensar essas práticas em Educação, desassociadas dos recursos tecnológicos digitais. Para o autor, a educação tecnológica hoje esta resumida ao acesso à internet, aos recursos de conexões entre o sujeito e o instrumento. Sem relevar a importância desse acesso, Schmidt alerta que sua validação em termos de aquisição de conhecimento, em especial aos necessários à formação acadêmica, intelectual e profissional, se dá, pela forma de construção e assim, pelo COMO transformar conteúdos dessa informação em conhecimentos válidos para a Escola.

O conhecimento, na área da Educação é, nas palavras de Belluzzo (2005, p. 37), um “fator competitivo entre as pessoas e a sociedade”, para ele, com o uso racional, a aplicação sensível e adequada do conhecimento é que “conseguimos caminhar rumo à inovação e desenvolvimento social”. Confirmando essas afirmações, o texto de Alonso (2010) diz ser o conhecimento “o diferencial na sociedade atual”. Esses autores entendem que ao pensar no papel da educação e ao preparar os educandos para a vida, não se pode desassociar a educação digital da escola.

Definida por Bonilla e Oliveira (2011, p. 40), a escola é “um espaço de inserção dos jovens na cultura de seu tempo – e o tempo contemporâneo está marcado pelos processos digitais”. Essa definição torna a escola um espaço de compreensão de um tipo de cidadania digital.

Na visão de Locatelli (2009) a escola é o principal espaço para a evolução do conhecimento. O autor, em sua pesquisa, constata que a escola é resistente às tecnologias digitais e que pouco usufrui de suas potencialidades. Ele escreve que, se os professores fossem formados para o uso de tecnologias digitais, se reduziriam as dificuldades na Educação e na assimilação pela escola de tecnologias humanas mais hábeis em transformar de forma crítica e reflexiva a informação em conhecimento. Pode-se acrescentar a esse pensamento que a evolução e a atualização constante dos professores têm um papel ativo no desenvolvimento de uma pedagogia que atue como tecnologia cultural (MATTOS, 2013, SIMON, 1995). Interpretando a noção de possibilidades que se antagoniza a noção de resistência, Simon (1995, p.63) escreve,

A esperança por um futuro diferente, por um conjunto ampliado de possibilidades que permitam conceber qual contribuição a escolarização pode trazer para os cidadãos e suas comunidades exige mais que apenas uma mudança em quem toma as decisões. O que é preciso é alguma atenção àquilo que se poderia chamar de “imaginário social”, isto é, à forma de nomear, ordenar e representar a realidade social e física cujos efeitos possibilitam e, ao mesmo tempo, impedem um conjunto de opções para a ação prática no mundo.

Nesta linha de pensamento Mattos (2003) ressalta que para que ocorra uma transformação na Educação, face às tecnologias digitais, os docentes precisam formar e serem formados por estratégias pedagógicas que estejam aliadas a realidade digital. Eles devem

ainda, estar atentos ao estilo de vida dos estudantes para que as suas práticas pedagógicas sejam desenvolvidas e façam sentido para seus estudantes.

Quanto a formação de professores para o uso e a apropriação de tecnologias digitais, Grossi, Santos e Pereira (2013), Araujo (2011) e Sorj (2005) dizem que, esta formação é mais um dos desafios para melhoria da Infraestrutura na Educação. Pois, os docentes geralmente são imigrantes digitais e por isso foram formados com pouco, ou quase nenhum, contato com as tecnologias digitais como parte da sala de aula. Hoje eles se veem obrigados a exigir para a escola, a presença e o uso dessas tecnologias, por demandas dos alunos, dos seus pais, da sociedade e do Governo.

À vista disso, Castells (2003) relaciona exclusão digital e escola dizendo que, escolas não deveriam ser segregadas por classes sociais diferenciadas, escolas para os ricos e escolas para os pobres, pois este é mais um fator que contribui para a divisão social e digital. Outro fator apontado pelo autor, como parte da infraestrutura da Educação, é a premência da desconstrução de um modelo pedagógico baseado no controle e na proibição do acesso e dos usos de tecnologias digitais e seus aparatos com fins educativos.

Pelos conteúdos descritos nos estudos examinados pode-se afirmar que o Brasil caminha em passos curtos em direção a uma Educação que dê conta das transformações que a escola precisa, que a sociedade exige e que o governo diz oferecer. Para entrar na Sociedade do Conhecimento, via tecnologias digitais, esta Educação precisa ser reformulada.

No contexto dos estudos analisados, a pesquisa de Sartório (2008) confirma que o governo brasileiro, tem investido em programas educacionais de apoio, aquisição e uso de tecnologias digitais em escolas da rede pública. Porém, uma série de restrições e exigências do governo, que seleciona as escolas participantes, caracteriza que o ProInfo não é um programa para todos, e sim para os que são eleitos por essas políticas, como possíveis usuários desses serviços. O que classifica, por exemplo, o ProInfo<sup>1</sup> como um programa de inclusão pela exclusão social e digital, uma vez que desconsidera a igualdade de direitos de acesso e uso dessas tecnologias.

---

<sup>1</sup> Programa Nacional de Tecnologia Educacional, programa ligado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) tem como finalidade promover o uso da tecnologia como “ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio.

Assim Sartório (2008), Grossi, Santos e Parreira (2013) analisa o ProInfo e explicam que este é um dos programas mais antigos do governo brasileiro que tem como foco promover transformações dos modelos tradicionais de ensino e incentivar a inclusão digital pela escola. Para eles o ProInfo é uma “garantia de que os menos privilegiados tenham acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação e, assim, possam se inserir digitalmente na sociedade, mudando suas visões de mundo e conseqüentemente da própria sociedade” (GROSSI; SANTOS; PARREIRA, 2013, p. 153).

Bergman (2010), também analisou o ProInfo em relação ao domínio dos professores no uso dos recursos digitais, e constatou que a formação dos docentes é “insuficiente”. O autor associa esse problema às políticas de formação docente, que ainda “não possuem em seu contexto” tecnologia digital, desconsiderando a realidade das pessoas e ausência de uma aprendizagem associada as tecnologias nessa formação.

Esse investimento, em recursos humanos digitais, só acontece, de acordo com Pontes Junior e Tálamo (2009), nas esferas estaduais e municipais quando os executores das políticas de inclusão digital se comprometerem em oferecer as infraestruturas adequadas como: laboratórios de informática com pessoal qualificado e responsável pelo local; capacitação da equipe pedagógica; e, manutenção dos recursos disponibilizados.

Para os autores que estudaram o ProInfo, o programa tem sofrido críticas por ser um projeto que provê computadores para as escolas, sem, contudo, se preocupar com a formação da equipe pedagógica e dos estudantes em tecnologias digitais. Em conclusão, sem a integração de esforços entre o governo – instância mais distante da realidade do aluno - e os estados, municípios e comunidades, o ProInfo, não chegará às escolas e aos alunos.

As pesquisas de Warschauer (2006), Schmidt (2013) e Dias (2011) criticam que os laboratórios de informática em algumas escolas foram abandonados porque os docentes e a equipe pedagógica não possuíam capacidade técnica para o uso e manutenção dos computadores. Por conta disso, os estudantes ficam privados do acesso as tecnologias disponíveis nas escolas, em alguns casos, o laboratório fica sem condições de uso. Naturalmente diante dessas dificuldades, o lugar onde os estudantes encontram possibilidade de aprender com tecnologias digitais são os ambientes fora da escola, sobretudo em casa, ou espaços comunitários.

Embora a inclusão digital enquanto política de governo seja, prioritariamente, promovida nas escolas, os projetos, com o foco no uso e na apropriação das tecnologias digitais, tem sido desenvolvidos na Educação fora do espaço escolar. Pacheco (2007) argumenta que as instituições sociais, como um todo, têm se movimentado para reduzir o contingente de excluídos social e digitalmente e, assim, buscam transformar as concepções pedagógicas, tradicionalmente, exclusivas da escola.

Silva (2008) observa que são instituições não-escolares de educação informal patrocinadas pela sociedade civil que vem encabeçando essas ações de inclusão digital. O autor critica que este fato aponta para a “incapacidade” que a escola tem em corresponder as demandas políticas, pedagógicas ou de infraestrutura para promover tal inclusão. Campos (2011) exemplifica que um projeto de governo intitulado Sistema Brasileiro de Televisão Digital, voltado à população que não tem acesso ou com acesso restrito a Internet, e que tem o objetivo de inclusão digital, embora seja do governo, não é parte da escola. Corroborando com os estudos de Silva (2008), Campos (2001) argumenta que os programas governamentais, em sua maioria, não partem da escola, onde poderia ter maior impacto social devido a sua abrangência territorial.

Refletindo sobre as políticas de inclusão digital, Carvalho, Rodrigues e Rios (2011) apresentam um projeto que partiu de uma organização não governamental (ONG) chamada “Catavento Comunicação e Educação” (OLIVEIRA, 2005). Projeto que levou algumas escolas públicas de Fortaleza-Ceará ao programa chamado “Agência Jovem de Notícias” (OLIVEIRA, 2005), que ofereceu capacitação para manutenção de páginas na Internet. O projeto encontrou dificuldades em realizar as oficinas com os estudantes devido a falta de familiaridade dos mesmos com os recursos tecnológicos. Nota-se aqui que a escola não assegurou aos seus estudantes o preparo necessário para garantir a infraestrutura humana digital de interação no ambiente digital.

Por essas razões, ao se pensar os projetos governamentais, políticos e sociais, que incluem as escolas, significa garantir a continuidade, a abrangência e a inclusão de um número maior de pessoas, não com um caráter assistencialista ou remediativo, mas um caráter de Educação continuada e consequente, que faça parte, tanto de uma política de governo, como um projeto político pedagógico da escola.

## CONCLUSÕES

Na dissertação de mestrado que é a base de dados desse trabalho, constatou-se que a exclusão digital é um fenômeno sociocultural que ultrapassa a questão do não acesso à tecnologia digital, mas tange-se a falta de domínio e autonomia para o uso das tecnologias digitais e da capacidade de buscar e selecionar informações que levem a construção de conhecimento, tornando-se assim, um desafio para a sociedade contemporânea.

O Brasil está inserido em um sistema econômico e social excludente, por conta disso, as desigualdades sociais e a pobreza vivenciada no país, acentuam a problemática da exclusão digital. Uma vez que, o investimento financeiro para instalação da infraestrutura digital exige altos custos, a implementação e democratização das tecnologias digitais torna-se inviável para as camadas mais pobres da população e para as cidades e comunidades de menor poder aquisitivo. Este fato, causa uma disparidade social ainda maior no país. Dessa forma, a exclusão digital caracteriza-se como uma das faces da exclusão social.

Entende-se a Educação como um dos instrumentos de combate a exclusão digital ao se discutir a alfabetização e o letramento digital como forma de apropriação das tecnologias digitais no contexto cultural, social e educacional. Diante das novas formas de linguagem que surgiram através da convergência das tecnologias digitais, há o entendimento, entre os estudiosos da tecnologia e da educação de que a educação digital é mais do que a alfabetização digital. É pensar na construção social coletiva vinculada às culturas digitais e as identidades sociais atuantes na inteligência coletiva.

A Educação tem potencial para contribuir na construção de novos sentidos e significados para se desdobrarem em conhecimentos e saberes. Essa dinâmica educacional associada as tecnologias digitais desencadeará em benefícios para o desenvolvimento do país, para que assim, ele não fique estagnado diante da evolução que o mundo tem vivenciado.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, L. B.; FERNEDA, E.; SANTANA, G. P. **Inclusão digital e inclusão social:** contribuições teóricas e metodológicas. Revista Barbarói: Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. p. 154-177.

ARAÚJO, M. L. **Exclusão sociodigital em escola pública do ensino fundamental em Salvador / BA.** 2011. 107 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2011.

ARAÚJO, A. M. **Exclusão digital em educação no Brasil:** um estudo bibliográfico. UERJ/ Dissertação de Mestrado. 2016. 338f.

BARROS, C. V. B.; COSTA, M. C.; SANTOS, A. C. O. dos. **Políticas públicas de inclusão sociodigital:** os pontos de acesso em Uberlândia, MG. In: CONGRESSO PANAMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 2010, Uberlândia. Anais Congresso Panamericano de Comunicação, 2010. p. 1-10.

BELLUZZO, R. C. B. **Competências na era digital:** Desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. © Etd – Educação Temática Digital, Campinas, v. 6, n. 2, p.30-50, jun. 2005. Junho. ISSN: 1676-2592

BERGMANN, H. M. B. **Escola e inclusão digital:** desafios na formação de redes de saberes e fazeres. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, Liberdade/SP, 2010.

CAMPOS, F. O. **Na crista da onda:** uma reflexão sobre o discurso e a prática da inclusão digital como (mais) um instrumento de promoção da inclusão social no Brasil. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos: Brasília, 2011. p. 1-17.

CARR, N. **A Geração Superficial:** o que a Internet está fazendo com nossos cérebros. Editora Agir, Rio de Janeiro. 2011.

CARVALHO, R.; RODRIGUES, I.; RIOS, Ri. **Exclusão digital e comunicação cidadã na Internet:** a experiência da Agência Jovem de Notícias. Congresso e Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 13., 15-17 jun. 2011, Maceió/AL. Anais do... Maceió, 2011. p. 1-15.

CASTELLS, M. **A divisão digital em uma perspectiva global.** In: galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução: Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. Cap. 9. p. 4430-6234. (Edição kindle).

GROSSI, M. G. R.; SANTOS, A. J. dos; PEREIRA, M. de L. **Inclusão Digital no Brasil:** contribuições da Informática educativa e dos Programas governamentais. Cadernos de Pesquisa: Planejamento educacional, Curitiba, v. 8, n. 20, p.138-163, set./dez. 2013.

MATTOS, C. L. G. de. **Exclusão Digital:** imagens dos limites e dos desafios sobre a educação na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2003. 98 p.

MATTOS, C. L. G. de. **Tecnologias digitais e educação**. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UEPB, 2014, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2014. v. 1, p. 215 - 224.

PACHECO, S. B. **Inclusão e exclusão digital**: desafios da educação na Era do Informacionalismo. Revista Alpha, Patos de Minas, v. 8, n. 1, p.66-77, nov. 2007.

PONTES JR, J. de. TÁLAMO, M. de F. G. M. **Alfabetização digital**: proposição de parâmetros metodológicos em competência informacional. Inf. & Soc.: Est. João Pessoa, v. 19, n.2, p. 81-98, p. 81-97, maio/ago. 2009.

SARTÓRIO, K. C. **Exclusão social e tecnologia**: os desafios da política pública de inclusão digital no Brasil. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Política Social, Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SCHMIDT, E. B.; SALORT, M. C. **AVArte**: uma alternativa pedagógica à exclusão digital. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v.18, n.1 p. 59-71, jan./abril. 2013

SILVA, A. de O. **Inclusão Digital**: Um possível caminho para a inclusão social. In: COLÓQUIO UNINOVE, 1., 2008, São Paulo. Anais Colóquio UniNove. São Paulo: Universidade 9 de Julho, 2008. p. 1-22.

SIMON, R. I. **A Pedagogia como uma tecnologia cultural**. In: SILVA, T.T. Alienígenas na sala de aula. Petrópolis: Vozes. 1995.

SORJ, B. **Internet na Favela** Quantos, Quem, Onde, Para quê. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.bernardosorj.com.br/pdf/internet\\_na\\_favela.pdf](http://www.bernardosorj.com.br/pdf/internet_na_favela.pdf)>.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Senac, 2006.